

Jornal da ISA

Ano III Abril de 1987 - n.º 13



YANOMAMI UM POVO AMEAÇADO

Pág. 3

Mudanças de comportamento agitam a tradicional Faculdade de Direito

Pág. 8

Uma cultura formada há milênios corre o risco de ser extinta



Índio Yanomami da região do Ericó.

Cláudia Antunes

Garimpo ameaça o último grande povo indígena

Sob pressão da garimpeiros e mineradoras, governo hesita em criar o Parque Yanomami

N em festas, nem comemorações — 19 de abril, Dia do Índio, significou um momento de particular expectativa e receio para as lideranças Yanomami, o maior grupo indígena do país, constituído por cerca de 8 mil índios, que habitam o Noroeste do Território de Roraima, além de parte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela. E, apesar das promessas do governo de criar o Parque Yanomami, nada indica que essa novela, que já se arrasta por mais de 10 anos, vá terminar com final feliz.

Habitando imemorialmente uma região extremamente rica em minérios, os Yanomami conseguiram se manter isolados do contato com os brancos — que trazem invariavelmente doenças, mortes, exploração, prostituição — por estarem nos confins do Brasil, protegidos pela barreira das montanhas e da floresta tropical. Mas essa situação, de uns anos para cá, tem se modificado:

“Há interesses muito bem estruturados, ligados aos garimpeiros e às empresas mineradoras, inclusive multinacionais, que se opõem à criação do Parque Yanomami”, alerta Maria Manuela Carneiro da Cunha, presidenta da Associação Brasileira de Antropologia e professora do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

A cobiça em torno da região é facilmente compreensível: a área habitada pelos Yanomami (e, por isso, de acordo com a Constituição, área indígena, independente de demarcação, que deveria contar com proteção permanente do Estado) compreende nada menos que aproximadamente 9 milhões de hectares, maior que o Estado de Pernambuco, rica em ouro, cassiterita, manganês e urânio.

Atrás dessas riquezas houve e continua havendo invasões dos mais variados tipos, desde aquelas de “varejo”, ou seja,

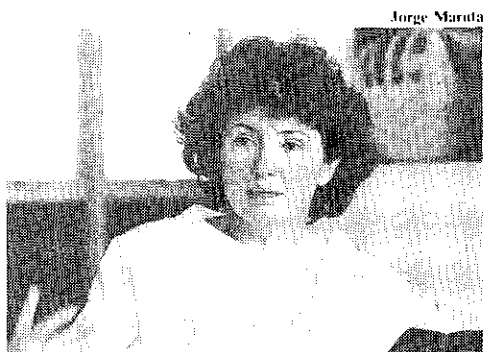
pequenos grupos de garimpeiros que invadem a terra Yanomami utilizando os rios como vias de acesso, até verdadeiras ocupações paramilitares, como a ocorrida em 1985, quando, a partir de Manaus, capangas liderados por empresários regionais, vestindo uniformes do Exército e armados até com metralhadoras, ocuparam o posto indígena de Surucucus (próximo ao centro de concentração dos Yanomami), após desembarcarem na pista de pouso local. Somente com uma ampla e imediata mobilização da opinião pública, liderada pela Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), conseguiu-se que a Polícia Federal expulsasse os invasores.

NOVOS PROBLEMAS — A luta pela criação do Parque Yanomami começou a tomar maiores dimensões em 1978, quando foi elaborado um documento reivindicando a criação do parque indígena, assinado por expressivos nomes da intelectualidade nacional, pouco tempo depois de terem sido delimitadas pela Funai 21 pequenas áreas, sem ligação entre si. Em 1979 a CCPY apresentou ao então ministro do Interior, Mário Andreazza, um projeto, rejeitado, e um ano depois a própria Funai sugeriu que a área do parque fosse de 10 milhões de hectares. Em função de atritos internos do órgão, a Funai mesmo engavetou sua sugestão, retomando o tema somente em 1984, quando vive uma certa abertura política e administrativa. O presidente da Funai assina, em 1985, a delimitação dos contornos do que deveria se constituir no Parque Yanomami, numa área de 9 milhões de hectares. Essa delimitação, além de uma interdição decretada em 1982 de uma área um pouco menor, são as duas principais referências de localização geográfica da área indígena, abrangendo todas as aldeias Yanomami em território brasileiro (dois terços da população Yanomami estão no Brasil; o restante habita o lado venezuelano).

A partir de então, esse gradual avanço da causa Yanomami começou a enfrentar maiores obstáculos. A proposta da Funai não só não é aprovada pelo governo, como um projeto de lei estabelecendo o Parque Yanomami, nos moldes da sugestão da Funai, apresentado pelo senador Severo Gomes, encontra-se até hoje emperrado na burocracia política do Congresso. Outro revés: no final do governo Figueiredo, o ministro das Minas e Energia da época, César Cals, obtém a assinatura de um decreto permitindo a exploração de minérios em terras indígenas. Novos protestos em todo o país, e o decreto não é regulamentado, o que retira amparo legal à sua aplicação — que, entretanto, vem ocorrendo à revelia da lei.

Mais recentemente, novo golpe. Junto com o Projeto Calha Norte, a importante nova variável na epopéia Yanomami: o Conselho de Segurança Nacional argumenta que não se pode criar um parque indígena em área de fronteira, pois isso implicaria ameaça ao país, inclusive abrindo espaço a um possível Estado Independente Yanomami.

“ESPANTALHO” YANOMAMI — “A eventual criação de um Estado Yanomami nos soa absolutamente ridícula, no entanto consta do texto do Projeto Calha Norte. A questão das fronteiras, na



Jorge Maroto

Manuela: índios estão ameaçados.

Há mais de 10 anos o governo promete demarcar a área dos Yanomami



O senador Severo Gomes, em 1986, durante assembleia dos Yanomami.

verdade, que está sendo levantada, surge como "espantinho" dos Yanomami e os defensores do parque são tachados de antipatrióticos", assinala Manuela Carneiro da Cunha.

São, essencialmente, três as linhas de raciocínio que os grupos contrários à criação do Parque Yanomami tentam desenvolver: um parque indígena na região de fronteira impediria que o Exército defendesse o país contra eventuais agressões externas; quem reivindica o parque, então, estaria na verdade tentando fazer prevalecer sabe-se lá que obscuros acordos com suspeitas potências estrangeiras, de olho nas nossas riquezas; e, finalmente, há o argumento de que território tão extenso e rico tem que ser explorado de qualquer maneira, e não servir de abrigo "para um bando de pessoas que ainda andam peladas".

"O Exército sempre esteve nas fronteiras e isso não é, de forma alguma, obstáculo para a criação de um parque indígena", rebate Manuela, destacando que a intensificação da presença do Exército na região não é em si um problema, mas sim o que poderia vir na esteira desse fato, como garimpeiros, colonos e mineradoras.

Para tentar contornar esse conflito criado pelo debate da proteção da fronteira, o senador Severo Gomes, em audiência com o presidente Sarney, sugeriu uma espécie de meio termo: o Parque Yanomami seria criado, e a região de fronteira (equivalente a dois terços da área Yanomami) seria denominada "floresta de proteção permanente", reconhecendo-se explicitamente o direito único e exclusivo dos índios na região. Novo e decisivo impasse: o Conselho de Segurança Nacional, ao que tudo indica, não deseja é exatamente explicitar a presença indígena nessa região e quer constituir o que se chama de "colônias indígenas" — isto é, uma forma jurídica em que se abre espaço à presença mista de índios e não índios na região, o que significaria de vez a condenação à morte dos Yanomami.

Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, acrescenta outro dado a essa discussão: do ponto de vista estrito da segurança nacional, o Exército deveria se



Os Yanomami vivem no Norte do País.



No lugar dos Macuxi, fazendas de gado.

empenhar em expulsar os aproximadamente dois mil garimpeiros que já se encontram em território Yanomami, pois áreas de garimpo são, em geral, socialmente explosivas, como o demonstram diversas manifestações em Serra Pelada.

FALSOS PATRIOTAS — Embora possa, à primeira vista, parecer absurda a possibilidade de constituição de um Estado indígena independente no extremo Norte do país, essa formulação, que aparece no texto do Projeto Calha Norte, é mais bem expressa por um representante da Cooperativa dos Garimpeiros e Faiscadores de Roraima, Odel Brasil. Segundo ele, os índios "apenas servem de

escudo para os interesses religiosos, que por sua vez representam os interesses multinacionais, com vistas às nossas riquezas". Manifestando-se contrário ao projeto de criação do Parque Yanomami, o representante dos garimpeiros argumenta que a integração dos índios ao restante da sociedade "é uma fatalidade científica, porque o maior sempre engole o menor".

Essas declarações de Odel Brasil foram feitas durante a reunião de 16 de março último da comissão criada pelo governador do Território de Roraima para apresentar um parecer sobre o Parque Yanomami e — o que pode servir como parâmetro para se tentar aferir no que vai dar essa comissão, cujos trabalhos devem estar concluídos até o final de abril — o representante dos garimpeiros teve sua palavra assegurada no encontro em detrimento da questão prevista para ser discutida naquela sessão: o Estatuto do índio, que não foi debatido.

O pretenso antipatriotismo que se pretenda atribuir aos defensores do parque indígena é desmontado por Manuela Carneiro da Cunha, que apresenta dados elucidadores: apesar de o decreto de Figueiredo permitindo a exploração de minérios em áreas indígenas não ter sido regulamentado, mesmo assim um levantamento realizado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e pela Coordenação Nacional de Geólogos (Conage), a partir de informações oficiais do Departamento Nacional de Produção Mineral, acusou a concessão, sobretudo entre 1980 e 1985, de 537 alvarás de pesquisa mineral, somente em áreas indígenas da Amazônia, além de 1.732 requerimentos em tramitação.

Não bastasse a flagrante ilegalidade dos alvarás concedidos sem que o decreto tenha sido regulamentado, o levantamento chegou a outra importante conclusão: o texto assinado por Figueiredo previa a concessão de exploração de minérios a empresas estatais nacionais e, em casos excepcionais, a empresas privadas igualmente de capital nacional. No entanto, apenas 10% dos alvarás foram concedidos a grupos estatais; 50% favoreceram grupos privados nacionais e 40% grupos multinacionais, que sequer poderiam, pelo decreto, ser contemplados.

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE — O terceiro e último argumento contrário ao Parque Yanomami — o de que seria um absurdo garantir território tão rico e extenso para índios — encontra adversários radicais em diversos setores da sociedade.

"As sociedades indígenas — destaca Manuela Carneiro da Cunha — representam um patrimônio cultural para a humanidade, com uma diversidade riquíssima, que muitas vezes é vista como sinal de atraso, quando é justamente o inverso. O Brasil tem 180 sociedades diferentes, com línguas e costumes próprios, e os Yanomami são o último grande grupo indígena que vive ainda, em grande medida, isolado do contato com os brancos."

Segundo a antropóloga da USP, os Yanomami conhecem e utilizam de formas diversas 328 espécies de vegetais, possuindo conhecimentos da natureza e de preparados de solo extremamente sofisticados, que somente agora têm sido percebidos por

Garimpeiros continuam, impunes, invadindo a região atrás de ouro

botânicos e pedologistas. "Eles têm toda uma tecnologia, por exemplo, para formar capoeiras e atrair caça, com a utilização de árvores frutíferas, mantêm toda uma relação com a natureza que, com sua extinção, fatalmente afetaria todo o ecossistema da região", continua Manuela.

Ela ressalta que a concentração da população Yanomami, restringindo as áreas ocupadas pelos índios, acabaria por comprometer toda a relação que eles têm com a natureza, além de incentivar os atritos existentes entre diversos subgrupos Yanomami, cujo equilíbrio é assegurado exatamente pela extensão do território.

Aylton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), vai direto a um outro ponto: "Dizem que não se pode entregar território rico em manganês, ouro, cassiterita, a uma gente no estágio do povo Yanomami, que ainda anda nu sobre aquela riqueza infinita. Teve uma pessoa ligada ao governo brasileiro que recentemente disse que não tem sentido um país que tem uma dívida externa desse tamanho se dar ao luxo de manter um bando de gente pelada andando à toa em cima desse minério. Mas a questão é outra; parece que o governo brasileiro tem muito pouco para negociar hoje com os credores e qualquer coisa neste momento significa possibilidade de troca".

RESISTÊNCIA INDÍGENA — Para resistir à cobiça e às tentativas de invasão total do território Yanomami, suas lideranças vêm aumentando, gradativamente, seu grau de organização. De acordo com Cláudia Andujar, este ano já despontaram vários líderes entre os próprios Yanomami, que em janeiro promoveram um primeiro levante, rebelando-se contra a construção do posto militar de Surucucus e, principalmente, contra a possibilidade de que, a partir desse posto, comecem a chegar as primeiras levadas de colonos e garimpeiros. Armados de bordunas, cerca de 80 índios exigiram explicações dos militares, ouvindo promessas que a ocupação do posto será restrita aos soldados e suas famílias. Alguns dias depois, todos os líderes Yanomami foram procurados pelos militares, que procuram dissuadi-los a idéia de resistir à ocupação do território, numa tentativa de cooptação.

Cláudia prevê que esses atritos tendem, a partir do término do posto de Surucucus, a se agravarem, inclusive pela indefinição do governo federal a respeito da criação do parque indígena. Aylton Krenak, da UNI, também anuncia resistência, e já mantém articulações com várias organizações ecológicas internacionais, que começam a se sensibilizar e agir em favor da causa Yanomami:

"Em outubro do ano passado estive nos Estados Unidos, tive a oportunidade de falar no Congresso americano, com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que estão financiando projetos de recuperação do setor energético, com a intenção de coagular os rios brasileiros de barragens. Fui para dizer que nós existimos, e junto com os ambientalistas, com grupos como o Greenpeace, Ação Florestal e Rain Forest vamos fazer tudo para impedir essa ação devastadora, articulada pelo capital internacional, porque para nós é tão fundamental que a floresta esteja em pé como exista ar para respirarmos".

Bruno Fuser



Aylton Krenak (ao centro), da UNI, entre os índios Yanomami.

Diversidade de formas de compreender o mundo é patrimônio da humanidade

A garantia à manifestação livre da cultura, das tradições dos povos indígenas, assim como de todos os povos que têm culturas que se manifestam como minorias no conjunto das populações, só engrandece o ser humano, só dignifica. A diversidade de culturas e de manifestações e de formas de entender o mundo enriquece a experiência humana. Talvez eu não seja a única nem a primeira pessoa a estar dizendo isso, mas eu digo isso a partir do meu pensamento como pessoa indígena, porque nós somos 180 grupos tribais no Brasil e esses 180 grupos têm uma riqueza cultural, têm uma capacidade de fazer leituras do mundo e de ler a realidade de formas tão diversas que acabam sendo uma infinidade de portas, são as portas da percepção do mundo. Cada cultura que se extingue e cada povo que é impedido de manifestar a sua tradição e a sua cultura é uma porta que se fecha no sentido da perspectiva da humanidade.

No caso do povo Yanomami, tem um aspecto que é muito especial, que a gente Yanomami é o último grande povo, a última grande nação que vive ainda com todo o seu acervo cultural sem ter sofrido perdas graves no seu contato com a civilização. Isto joga a questão do povo Yanomami hoje não só como uma questão nacional mas como uma questão das sociedades, da chamada civilização. O planeta Terra está ficando cada dia mais pequenino, mas ele não está ficando pequenino por um processo físico, está ficando pequenininho por um processo de amesquinamento do pensamento humano, está ficando mesquinho pela incapacidade das pessoas de estabelecerem uma relação de manejo dos espaços onde nós vivemos. A ocupação do meio ambiente, a construção dos caminhos, a construção das saídas, o conhecimento do lugar em que se vive, estabelecer uma relação com toda a cadeia que se constitui onde nosso povo vive, os rios, as montanhas, os mananciais, cada bicho, cada pássaro, cada folha, cada pequeno riozinho, cada pequeno pezinho de buriti, ele constitui um patrimônio da humanidade.

Ver o povo Yanomami como alguém que está de passagem é no mínimo o maior atentado de estupidez que não só o go-

verno brasileiro pode manifestar mas como essa civilização moderna. E eu me pergunto: que modernidade é essa? Que modernidade é essa, que é incapaz de assimilar um universo cultural tão diverso, tão rico, como da gente Yanomami? Essas aproximadamente 20 mil pessoas que constituem a grande nação Yanomami, elas têm um acervo cultural imenso, elaboradíssimo, durante aproximadamente 4, 5, 6 mil anos. Eles são capazes de reconstruir, com recurso oral, a história que remonta à formação de alguns rios e à formação de algumas cadeias de montanhas.

Os parentes Yanomami são testemunhas de eras geológicas. Eles não são a gente desagregada e o bando de bichos soltos no mato que algumas pessoas tentam fazer parecer, eles são talvez o último grande grupo humano na face da Terra que ainda tem alguma coisa que eu chamo de memória cósmica. Eles têm a memória da criação mesma e quando você vê a gente Yanomami você sente isso. Se você estiver, como eu estive, dentro do território Yanomami, dentro de um chapon, que é uma imensa habitação Yanomami, que lembra muito o Maracanã, lembra um estádio enorme, com a construção circular, com um terreiro imenso no mato, onde habitam até 300, 400 pessoas, só por essa lição de arquitetura os Yanomami teriam de viver mais um bilhão de anos.

Hoje, a ciência mais apurada, a biotecnologia, ela está descobrindo a emergência de se preservar o que eles chamam de bancos genéticos, os bancos onde existem ainda sementes originárias, que vão possibilitar a reprodução de grãos, de alimentos, para abastecer uma população de talvez 8 bilhões de pessoas no planeta Terra.

A emergência de se manter esses bancos de gens é a mesma emergência de se manter um banco de gente. O banco de gente que tem um acervo cultural que é capaz de realimentar a falta de perspectiva e a perplexidade dos cientistas, dos homens que pensam a questão da civilização. Se não houver sensibilidade para isso, olha, não tem mesmo saída.

(Depoimento de Aylton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas, especial para o Jornal da USP.)